

A REFORMA URBANA DO RIO DE JANEIRO NO INÍCIO DO SÉCULO XX: OPÇÕES E ESCOLHAS A PARTIR DO DEBATE OLAVO BILAC/LIMA BARRETO

Artur Monteiro LEITÃO JÚNIOR

Rita de Cássia Martins de Souza ANSELMO

Resumo

As condições históricas, sociais e políticas de um determinado momento – as quais se manifestam a partir do imaginário e encontram-se materializadas nos documentos históricos e nos discursos em geral – podem ser recuperadas para o entendimento da formação territorial de um determinado local, em um dado tempo. Sob esse pressuposto, este estudo investiga as aproximações e distanciamentos dos projetos, conforme foram apresentados no universo das letras de Olavo Bilac e Lima Barreto para a reforma urbana do Rio de Janeiro do início do século XX. Este momento é marcado pela instauração de uma certa “necessidade” de modernidade, fundamentada em dois aspectos: os materiais – a partir da remodelação e do desenvolvimento técnico; e os ideais – calcados nos códigos civilizatórios; de modo que o Rio de Janeiro representava efetivamente um “laboratório” dos projetos de (re)ordenação e transformação da *urbe*, prelúdios daquilo que se pretendia para o país como um todo. Assim, os discursos e as letras acerca da modernização carioca levantaram ideologias opostas e tensões sociais, revelando visões de mundo destoantes e, ante elas, escolhas para as nossas materialidades espaciais, reverberadas no presente.

Palavras-chave: Modernização. Geografia Histórica. Formação territorial. Literatura.

Abstract

Urban reform of Rio de Janeiro at the beginning of the twentieth century: options and choices from the debate Olavo Bilac/Lima Barreto

The historical, social and political conditions of a particular moment—which are manifested by the imaginary and are materialized in historical documents and speeches in general – can be retrieved for the understanding of territorial formation of a particular location at a given time. Based on this assumption, this study aims to investigate the differences of the projects – according were presented in Literature of Olavo Bilac and Lima Barreto – for the urban reform in Rio de Janeiro in the early twentieth century. This moment is marked by the establishment, as a principle, of the need for modernity, based on two aspects: materials – motivated by the improvement and technical development; and ideals – based on civilizing codes. At the time, the Rio de Janeiro represented effectively a “lab” for the projects of (re)ordering and transformation of the city, prelude of what was intended for Brazil as a whole. Thus, the speeches and the writings about the modernization of Rio de Janeiro evoked opposite ideologies and social tensions, revealing distinct worldviews and, before them, choices for our spatial materiality, reflected in the present.

Key words: Modernization. Historical Geography. Territorial formation. Literature.

¹ Trabalho apresentado no âmbito do II Colóquio Brasileiro de História do Pensamento Geográfico, realizado em Uberlândia, no ano de 2010.

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (IG-UFU) e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: artur_ml_junior@yahoo.com.br.

³ Professora Adjunta do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (IG-UFU). E-mail: ritacmsou@ig.ufu.br. Endereço postal: Núcleo de Pesquisa Geografia e Memória, Bloco 1Q – 2º piso, Instituto de Geografia, *Campus* Santa Mônica, Universidade Federal de Uberlândia. Av.: João Naves de Ávila, 2121, Santa Mônica. CEP: 38.408-100. Uberlândia (MG).

INTRODUÇÃO

As *formações territoriais* de um determinado momento histórico, presente ou pretérito, podem ser compreendidas a partir do levantamento de suas condições econômicas, sociais, políticas e culturais encontradas nos documentos históricos e discursos de maneira geral. Estes materializam, por intermédio da linguagem, as manifestações dos imaginários e dos projetos dos atores sociais, advindo daí o seu *caráter geográfico*: a intencionalidade, presente nos discursos, tem reflexos, direta ou indiretamente, na produção espacial, uma vez que toda ação humana tem como suporte uma base física e concreta, espacial, de atuação – no caso, segundo Moraes (2002), uma base territorial, por entender o território como uma categoria, cuja essência encontra-se em seu uso social.

Apesar de centrado na análise das produções literárias (crônicas), este trabalho se direciona a investigação acerca do ordenamento urbano do Rio de Janeiro do final do século XIX e início do século XX, valendo-se, pois, dos princípios e do aparato teórico-metodológico da geografia histórica e da história do pensamento geográfico. Desta forma, a Literatura configura-se, aqui, como um suporte privilegiado para o resgate das produções discursivas: enquanto discurso, as obras literárias devem estar ancoradas nas suas *condições de produção* – isto é, nos lugares sociais e ideológicos, no contexto histórico e, até mesmo, na memória e no inconsciente de seus autores (FERNANDES, 2008). Os autores são representantes de um grupo social, configurando-se como *indivíduos expressivos*, conforme propôs Goldmann (1979); por outro lado, a produção dos literatos é realizada na relação dialética entre as manifestações de anseios e desejos de foro íntimo, a dita liberdade poética e as revelações das tensões e contradições histórico-sociais de um determinado contexto espaço-temporal.

O momento histórico em questão é marcado pela profunda repercussão, em consonância aos debates filosófico-científicos à época, da necessária *sintonia* do Brasil em relação aos centros capitalistas mundiais, ansiando um reconhecimento mundial da integração brasileira ao rol das nações civilizadas. Para tanto, instaurou-se, enquanto princípio, o imperativo da *modernidade*, fundamentada em dois pontos de apoio: os aspectos materiais – a partir da remodelação e do desenvolvimento técnico; e os aspectos ideais – calcados nos códigos civilizatórios. O Rio de Janeiro desse período, capital da recém-instaurada República e a cidade mais importante do país nos aspectos econômicos, políticos, demográficos e culturais, passou a representar efetivamente um “laboratório” dos projetos de (re)ordenação e (trans)formação da *urbe*, ensaios do que se pretendia para o Brasil. A necessidade premente que se construiu em torno do ideal de civilidade/modernidade permeou todos os interstícios culturais, instaurando um clima intelectual que encontrou vazão nas obras literárias e nas manifestações jornalísticas.

Em síntese, as (trans)formações urbanas do Rio de Janeiro, no começo do século XX, ficaram expostas a duas posições diametralmente opostas: os adesistas ao cosmopolitismo e à consagração do progresso material e simbólico enquanto ideal coletivo, defensores da *Regeneração*, isto é, o embelezamento e a remodelação paisagístico-cultural da capital federal; e aqueles que viam nas reformas urbanas uma *encenação* discriminatória, pleiteando um processo de reformulação urbana mais ampla, no qual a *sub-urbe* também estivesse incluída. A primeira sagrou-se vitoriosa.

O caso da reforma urbana operada no Rio de Janeiro desse período tornou-se emblemático da reconfiguração física e moral que se buscava impor ao Brasil na *Belle Époque*. Este caso será trabalhado aqui a partir de uma oposição entre dois egrégios e clássicos literatos brasileiros: Olavo Bilac e Lima Barreto, representantes de distintas concepções de mundo para os destinos que se pretendia para a Capital – e, por extensão, para o Brasil.

UMA NOVA CAPITAL PARA UM NOVO PAÍS: A NECESSIDADE DE MODERNIZAÇÃO DO RIO DE JANEIRO

A partir do entendimento de que as mudanças no final dos oitocentos e início do século XX “infestaram” a *atmosfera intelectual* brasileira, a Literatura se configura em um campo privilegiado de investigações, à medida que, conforme Candido (1987), em um país de analfabetos, como era o caso do Brasil, tal categoria artística exerceu uma função “devoradora”, atuando como instrumento de imposição cultural e meio de integração das manifestações artísticas locais às tradições ocidentais. Assim, nas entrelinhas das produções artísticas – aqui referenciadas nas obras dos literatos-cronistas Olavo Bilac e Lima Barreto – as manifestações ideológicas podem ser vislumbradas, representando a expressão de pensamentos de setores ou grupos distintos e contrários no âmbito da *intelligentsia* brasileira; o caso das transformações urbanas do Rio de Janeiro, no início do século XX, se torna patente para evidenciar a existência de tensões sociais e a contraposição de posições no seio da intelectualidade nacional. Herdeiros de uma geração intelectual cindida e fissurada pelas condições políticas e socioeconômicas do recém-instaurado regime republicano⁴, observadores de sua época e partícipes da profissionalização literária e do “novo jornalismo”⁵ que se erguiam fortemente no início dos novecentos, os cronistas Bilac e Lima Barreto comentavam a nova era de metamorfoseamento material e imaterial da Capital com posições quase sempre divergentes.

Sevcenko (2003) aponta que as mudanças sociais, econômicas e políticas encorpadas pela sociedade carioca na mudança do regime monárquico para o republicano aconteceram com uma celeridade sem precedentes, alterando profundamente o ritmo da vida social. Situado privilegiadamente na intermediação das fortunas econômicas cafejeiras, o Rio de Janeiro, no começo do século XX, a partir de sua posição de centro político-administrativo nacional, favoreceu um processo de acumulação interna de recursos, os quais foram incorporados aos setores comerciais e financeiros, e também aplicados, em menor escala, no setor industrial. A Capital transformou-se no núcleo de uma rede de comunicações, base do maior centro comercial do país: a cidade era o ponto principal de uma rede ferroviária e realizava uma relativa integração nacional a partir do comércio de cabotagem. Esse cenário polarizador estendia-se aos setores financeiro e demográfico: o Rio era sede da maior Bolsa de Valores, do Banco do Brasil e de grande parte das casas bancárias nacionais ou estrangeiras, além de se constituir no maior centro populacional à época, ofertando às indústrias nascentes, que ali se instalaram em maior número, um grande contingente de mercado consumidor e mão-de-obra.

Se, por um lado, o Porto do Rio de Janeiro perdera a primazia como principal porto marítimo de exportação, passada ao Porto de Santos e alavancado pelo crescimento produtivo cafejeiro do Oeste Paulista face ao declínio dos cafezais do Vale do Paraíba, a Capital respondia por uma movimentação portuária crescente no sentido das importações e do

⁴ Sevcenko (2003), sobretudo no Capítulo 2, “O exercício intelectual como atitude política: os escritores-cidadãos”, traça um interessante panorama histórico da *intelligentsia* nacional, indo desde a “geração modernista de 1870” – os chamados *mosqueteiros intelectuais* – com nítidas posturas utilitárias, reformistas e salvacionistas, até o início do século XX, quando as mudanças socioeconômicas e políticas articularam uma aguda cisão no grupo intelectual, originando três tipos comportamentais: os prestigiados, os resignados e os inconformados críticos do *status quo*.

⁵ Para uma leitura do início do século XX como o momento de desenvolvimento das condições sociais favoráveis à profissionalização do trabalho intelectual, principalmente em sua forma literária, ver Miceli (2001). A respeito da vida literária e do seu entrelaçamento com a atividade jornalística no início dos novecentos, ver Costa (2005) e Nunes (2008). Por outro lado, sob a perspectiva do diálogo entre a literatura e a técnica, Sússekind (1987) delinea o confronto entre a literatura do final do século XIX e os anos de 1920 e a paisagem tecno-industrial em formação, observando tal embate a partir de dois ângulos: as representações literárias dos artefatos modernos e dos novos meios de comunicação e locomoção; e como o próprio horizonte técnico contribuiu para a transformação da técnica e da produção literária.

comércio de cabotagem. O resultado foi a formação de um cosmopolitismo nas modas, nos bens de consumo e nos modelos de prestígio europeus, centrados, sobretudo, em Paris.

Tão logo a febre do consumo se alastrou pela camada urbana, ficou evidente o anacronismo entre a velha estrutura urbano-sanitária carioca e as demandas e anseios pelos novos tempos, sendo necessário, pois, realizar uma “metamorfose” que atingisse as essências físicas e morais da *urbe* para edificar uma imagem que inspirasse a credibilidade dos investidores e imigrantes europeus. A ordem do momento era, então, acompanhar o *progresso*, colocando o Brasil sob o *status* de país *civilizado*. Por isso, foram alvos diletos do processo de transformação urbana: o obsoleto cais portuário, marcado por um lento e dispendioso sistema de transbordo, uma vez que os navios de maior calado não podiam atracar; a morfologia tipicamente colonial (frequentemente caracterizada por ruas estreitas, recurvas e em declive) das conexões entre os centros de distribuição comercial e o terminal portuário; as áreas pantanosas, as quais transformavam a febre tifóide, a varíola, o impaldismo e a febre amarela em endemias indelévelis; e a comunidade de mestiços, que, vivendo na imundice e promiscuidade, acabava por intimidar os europeus, quer seja nos seus investimentos financeiros, quer seja na sua instalação no país – o que significava, em última instância, o impedimento de uma efetiva imigração caucasiana.

Apesar da obsessão civilizatória, os intuitos burgueses de consumo não puderam, de imediato, concretizarem-se devido ao momento de instabilidade financeira *pari passu* às tensões sociais no seio da República. Todavia, os eventos dos primeiros anos do novo regime serviram para purgar a estrutura social e econômica em favor dos valores burgueses: as agitações de 1897 praticamente extinguiram os últimos focos monarquistas organizados, a repressão de 1904 dispersou a oposição jacobina e ocasionou o fechamento da Escola Militar da Praia Vermelha. Consolidado e estável, o regime foi politicamente neutralizado, a partir do quadriênio de Campos Sales (1898-1902), pela “política dos governadores”, e financeiramente saneado pelos empréstimos internacionais: estava desenhado o desfecho propício à remodelação paisagística e cultural da cidade, alinhada à consagração do progresso enquanto ideal coletivo (SEVCENKO, 2003).

O grupo hegemônico pôde, então, erigir monumentos de ovação aos triunfos de seus ideais: o primeiro deles deu-se com a Lei de Vacina Obrigatória (1904) e com a inauguração da Avenida Central (1905)⁶, representantes da transfiguração da Capital a partir da demolição de casarões coloniais e imperiais e da substituição de ruelas em favor das amplas avenidas, ornamentadas com palácios de mármore e cristal, símbolos de um novo *décor* urbano, adequado à empáfia da elite socioeconômica. O segundo monumento foi representado pela Exposição Nacional do Rio de Janeiro (1908), responsável por glorificar definitivamente os ideais industriais, o progresso e a riqueza material desmedida. Segundo o historiador supracitado, a metamorfose urbana se deu nas essências *física* e *moral*, sendo regida por quatro princípios:

a condenação dos hábitos e costumes ligados pela memória à sociedade tradicional; a negação de todo e qualquer elemento da cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante; uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade, que será praticamente isolada para o desfrute exclusivo das camadas aburguesadas; e um cosmopolitismo agressivo, profundamente identificado com a vida parisiense. (SEVCENKO, 2003, p.43).

⁶ De acordo com Oliveira (2006), a Avenida Central, além de ser contemplada com um cenário *art-nouveau* em mármore e cristal, afinado com a fineza dos lampiões de iluminação elétrica e das vitrines das lojas de artigos importados, transformou-se em uma grande passarela para os desfiles do cosmopolitismo carioca, simbolizado pela moda no estilo *smart* e pelos tecidos, vestidos e chapéus franceses. Não limitada aos figurinos, a avenida, “vedete do momento”, configurou-se como o ícone da arte de ver e ser visto, tornando-se um caminho adequado para os passeios vespertinos, para os chás nos restaurantes, para a circulação e desfile dos automóveis e para a instalação de hotéis e restaurantes em condições de acolher uma esfera social também modificada.

Assim, as mudanças na materialidade urbana também ensejaram mudanças na *mentalidade* carioca, nos figurinos e figurantes: surgiram novos padrões de pensamento e de valores; emergiu, com grande força, a figura dos acadêmicos, substitutos de elementos populares e tradicionais – nesse caso, tornou-se bastante emblemática a substituição do mestre-de-obras pelo academicismo dos arquitetos, o que significou a superação dos estilos transmitidos de geração para geração em favor do *art-nouveau* rebuscado dos fins da *Belle Époque* –; e a sobrecasaca e a cartola pretas deram lugar ao estilo *chic* ou *smart*.

Benchimol (1990) coloca que, no movimento de mutação carioca, dezenas de milhares de pessoas, sobretudo gente pobre e trabalhadora, ficaram desabrigadas, desalojadas pela paisagem decalcada no ecletismo europeu, imponente e opulento. A “cirurgia” urbana, então, restringiu-se, em grande parte, ao centro, ensejando uma renovação realizada em dois atos: a desapropriação de frações sociais, apartadas de determinadas áreas citadinas, e a transferência dessas mesmas áreas, transformadas e valorizadas, para novas frações sociais. Nesse contexto, novos nexos de comunicação e circulação foram inaugurados entre o centro da *urbe* – ressignificado a partir da aquisição de uma função moderna de núcleo comercial, financeiro e administrativo – e as zonas de expansão das áreas industriais ou de novas moradias, ao norte e ao sul. O Rio de Janeiro que emergiu desse panorama foi, pois, uma cidade segregada, insurgida dos escombros da cidade velha e das cinzas dos movimentos de resistência impetrados pelos grupos dominados.

Destarte, ao lado das obras do centro da cidade e da estrutura portuária, uma gama complexa de leis, aplicadas draconianamente, passou a vigorar, disciplinando a esfera social, no contexto urbano. Em muitos casos, a aplicação jurídica deu-se nos moldes de uma operação militar, pois intentava aplicar uma ética que não correspondia adequadamente à realidade culturalmente heterogênea carioca, uma vez que o espaço público do Rio era ocupado por capoeiras, ex-escravos, biscateiros, carroceiros, vendedores ambulantes (de perus, vísceras, leite retirado diretamente das vacas, loterias etc.), trapeiros, rezadeiras, entre outros⁷; além disso, a Capital se configurava como o cenário de convivência de imigrantes e migrantes brasileiros – estes vindos, sobretudo, dos ambientes rurais, mal adaptados ao estilo burguês cosmopolita que se queria para a cidade.

Sob as perspectivas da civilidade e da modernidade, o prefeito Pereira Passos estabeleceu uma série de medidas proibitivas, projetando a edificação de uma nova ética, de novos usos e costumes alinhados aos arquétipos europeus. Os valores eram referenciados nos códigos burgueses, propugnadores de um senso individualista, de legitimidade do espaço privado e de uso do espaço público somente em observância às regras ditadas pelas leis, as quais eram fixadas por uma elite urbana e desconsideravam, em grande medida, os elementos de tradição popular. (AZEVEDO, 2003). Em nome dessa Cruzada pró-civilização, as velhas usanças foram condenadas pelo prefeito:

⁷ Dado o desemprego estrutural da sociedade carioca, a grande maioria da população, conforme Sevcenko (2003), se enquadrava no caráter de vadiagem compulsória, alternando-se entre as práticas possíveis: a condição de subempregados, mendigos, criminosos, prostitutas, quando não chegavam aos limites do delírio alcoólico, da loucura ou do suicídio. Este historiador, fazendo uma releitura da obra *A alma encantadora das ruas* (1951), de João do Rio, descreve algumas das profissões dos subempregados: os “trapeiros”, divididos entre os que coletavam trapos limpos e a linhagem daqueles que coletavam trapos sujos; os “papeleiros” e “cavaqueiros”, os quais revolviam o lixo na busca de materiais vendáveis; os coletores de restos de chumbo (“chumbeiros”); os “caçadores de gatos”, os quais eram comprados pelos restaurantes e revendidos como coelhos; os “coletores de botas e sapatos”; os “apanha-rótulos e selistas”, interessados em selos e rótulos finos para revendê-los aos falsificadores; os “ratoeiros”, compradores de ratos vivos ou mortos para vendê-los à Diretoria de Saúde; as “ledoras de mão”; os “tatuadores”; os “vendedores ambulantes” de literatura de cordel ou de orações; e, por fim, os compositores de “modinhas”. Se, por um lado, havia certa resignação para com os subempregados, concedendo-lhes livre trânsito nas ruas da cidade, o mesmo não acontecia com os mendigos, criminosos, prostitutas, bêbados, delinquentes infantis, loucos e suicidas: todos eles compoando um trágico circo de horrores, sendo perseguidos diuturnamente, caçados e/ou severamente condenados.

Comecei por impedir a venda pelas ruas de vísceras de reses, expostas em tabuleiros, cercados pelo vô contínuo de insetos, o que constituía espetáculo repugnante. Aboli, igualmente, a prática rústica de ordenharem vacas leiteiras na via pública, que iam cobrindo com seus dejetos, cenas estas que ninguém, certamente, achará dignas de uma cidade civilizada.

[...] Mandei, também, desde logo, proceder à apanha e extinção de milhares de cães que vagavam pela cidade, dando-lhe o aspecto repugnante de certas cidades do Oriente, e isso com grave prejuízo da segurança e da moral públicas.

Tenho procurado pôr termo à praga dos vendedores ambulantes de bilhetes de loteria, que, por toda a parte, perseguiram a população, incomodando-a com infernal grita e dando à cidade o aspecto de uma tavolagem. Muito me preocupei com a extinção da mendicância pública, o que mais ou menos tenho conseguido, de modo humano e equitativo, punindo os falsos mendigos e eximindo os verdadeiros à contingência de exporem pelas ruas sua infelicidade [...].⁸ (PASSOS, 1903, p.32-3 *apud* BENCHIMOL, 1990, p.277-8).

Ao lado dessas, podem ser citadas outras medidas disciplinadoras, tais como: a proibição de cuspe nas ruas e nos bondes, a soltura de balões, de fogueiras nas ruas ou mesmo de andar descalço e sem camisa; o ponto alto, todavia, foi a proibição do *entrudo*, substituído pela batalha das flores, e a derrubada de quiosques do centro em favor do estímulo às lojas do *five o'clock tea*. Tudo isso tencionava não ferir a imagem do progresso e da austeridade com a qual se buscava revestir o cenário da capital.

As obras de melhoramento, embelezamento e saneamento tinham como princípio atender as funções políticas do Rio enquanto sede do Estado brasileiro, consolidando-o economicamente como periferia agroexportadora na divisão internacional do trabalho; nesse sentido, o trabalho de Benchimol (1990) tendeu a apresentar as reformas urbanas cariocas como um bloco monolítico, segundo o qual o grande capital privado (representado, sobremaneira, pela burguesia cafeeira paulista, pelo capital bancário internacional, pelas grandes companhias empreiteiras, especuladoras e construtoras, ou porções do capital comercial, financeiro e industrial) se associou ao Estado brasileiro do início do século XX sob o propósito de “aburguesar” a *urbe* por meio de ações autoritárias e em detrimento das camadas populares. Essa tendência simplificadora foi percebida por Azevedo (2003).

Este autor, contudo, enfatiza que as transformações urbanas do Rio de Janeiro entre 1903 e 1906 não se deram como um único conjunto de intervenções – uma trama urdida pela burguesia brasileira e executada pelo governo municipal de Pereira Passos –, mas sim a partir de duas intercessões urbanísticas distintas: a do Governo Federal, projetada pelo ministro Lauro Müller e implementada pelo engenheiro Francisco Bicalho; e a conduzida pela Prefeitura do Rio de Janeiro por meio de Francisco Pereira Passos⁹. Ambos os projetos foram articu-

⁸ PASSOS, Francisco Pereira. *Boletim da Intendência*. Rio de Janeiro, jul./set. 1903.

⁹ Azevedo (2003) destaca que até mesmo as concepções urbanísticas que balizaram as reformas urbanas operadas no Rio de Janeiro eram diferenciadas: as intervenções do Governo Federal foram concebidas a partir de uma visão urbanística calcada no mecanicismo e no funcionalismo econômico, de modo que a ordenação urbana era pensada pela retificação das vias, simétricas entre si, com ligações objetivas e pouca reverência às sinuosidades ou às tradições cidadinas, fossem elas expressões naturais ou culturais; a economia era o ponto principal, objetivando a livre circulação e distribuição das mercadorias do porto (cuja reforma fora considerada a principal obra no plano federal) para o comércio e para as indústrias da região central e dos bairros no oeste e norte da cidade. A reforma urbana liderada pelo prefeito Pereira Passos, por seu turno, adotava uma visão organicista e culturalista: a cidade era considerada como um *corpus* continente de diversos órgãos vitais, sendo imprescindível a ligação destes para o funcionamento harmônico do espaço urbano, de modo que a intervenção urbana devia ocorrer prioritariamente em função da integração a partir do sistema viário; ademais, havia uma atenção simultânea à modernização do espaço urbano e à valorização das tradições naturais e históricas da *urbe*.

lados pelo então Presidente da República, Rodrigues Alves, sob o propósito de melhorar a imagem, a sanidade e a economia da capital federal, estimulando a imigração, sobretudo europeia, para o abastecimento das lavouras cafeeiras paulistas, em crise de mão-de-obra desde a Abolição. Foi sob esses desígnios que Pereira Passos, indicado pessoalmente pelo presidente, governou legalmente os seis primeiros meses de seu quadriênio com a Câmara Municipal fechada – período que ficou conhecido como a “ditadura Pereira Passos” –, decorrente de uma prerrogativa concedida por Rodrigues Alves. Paralelamente, o presidente designou Bicalho, por intermédio de Lauro Müller – à época, ministro da Viação e Obras Públicas –, para realizar a modernização do Porto do Rio de Janeiro e a reestruturação urbana da região portuária, a fim de facilitar a circulação das mercadorias.

Azevedo (2003) diverge de Benchimol (1990) ao não considerar que as reformas urbanas tenham se limitado ao centro carioca: ele argumenta que, mesmo articuladas com as obras executadas no plano federal, a intervenção urbana municipal estribou-se basicamente no prolongamento e alargamento de um conjunto de ruas da *urbe*, modificando amplamente o sistema viário cidadão. Esse sistema não ficou restrito ao centro e ao sul do Rio de Janeiro, uma vez que também buscava interligar distintos locais, situados nos subúrbios cariocas, ao centro, *locus* de trabalho da maioria dos operários e núcleo exemplar do *modus vivendi* a ser aprendido e copiado. Portanto, era para o centro da cidade – espaço civilizado por excelência – que todos os habitantes deveriam convergir, aprendizes da ética urbana, disseminando-a por toda a *urbe*: o centro exercia, pois, uma espécie de função pedagógica, impetrada pelos cenários grandiloquentes recém-edificados.

Subjacente aos objetivos de oferta de melhores condições de vida e de elevação espiritual do operariado, as reformas da *Regeneração* promovida pela prefeitura mostravam o seu caráter conservador, uma vez que se alinhavam às concepções elitistas de preocupação com o rápido crescimento da população carioca e com o potencial para as tensões e conflitos sociais que esse crescimento implicava¹⁰. Apesar desse caráter conservador, é inegável que o projeto do prefeito esteve ancorado em uma proposição direcionada à integração urbana¹¹.

¹⁰ Segundo Sevcenko (2003), a população pobre carioca tinha que enfrentar, entre outros problemas: a carência de moradias e alojamentos, resultando no superpovoamento das zonas centrais, infestadas de habitações coletivas, precárias e insalubres; a falta de condições sanitárias, agravando e reforçando a lendária insalubridade da capital; os problemas de carestia, fome, baixos salários, altas taxas de desemprego e subemprego e miséria, todos resultantes da conjugação de um constante crescimento da população e uma imigração tumultuária; e as crises econômicas conjunturais em consonância ao processo transformador da *urbe* e às medidas de elevação de impostos e contenção de gastos públicos no chamado saneamento financeiro do governo do presidente Campos Sales. Todo esse cenário resultou em diversas reações da população por meio da organização popular ou operária, ou ainda por motins desordenados e espontâneos, indicativos do estilo dos “quebra-lâmpioes” que predominariam nos conflitos e tensões sociais de 1904 em diante.

¹¹ Com efeito, conforme assinala Azevedo (2003), Pereira Passos concebeu escolas para a formação profissionalizante dos filhos dos operários, pleiteou a criação de um imposto comercial destinado ao amparo das classes mais pobres, implantou escolas de ensino básico nas zonas norte e oeste da cidade, construiu uma vila operária na Avenida Salvador de Sá enquanto estratégia para o enfrentamento do problema habitacional do operariado, e transferiu escolas públicas – quase todas concentradas na porção central – para os subúrbios. Todas essas medidas tinham o cunho de garantir o sucesso da *ilustração* do operariado, capaz de partilhar dos benefícios da *civilização* instalada no centro da cidade e acessível a partir das avenidas. O que se pretendia era, pois, a integração conservadora das camadas mais pobres, impondo-lhes a visão de mundo da distinção civilizatória encarnada pelos cenários transformados, sendo este ideal entronizado a partir do contato que o prefeito teve com a obra do filósofo francês Saint Simon.

O RIO DE JANEIRO DOS LITERATOS-CRONISTAS OLAVO BILAC E LIMA BARRETO

As avaliações feitas até aqui, no entanto, só são possíveis, em grande parte, por se configurarem como *olhares distanciados* do pretérito, realizados a partir do referencial presente. Nas páginas dos periódicos coetâneos às transformações urbanas, os cronistas-literatos apresentam posições que deixam transbordar, explicitamente ou nas entrelinhas, as tensões sociais e as mudanças aceleradas do momento. Assim, conforme Nunes (2008), a cidade do Rio de Janeiro se transformou, nas folhas dos jornais, em cidades, observadas sob perspectivas distintas, as quais foram transpostas para as crônicas; essas cidades feitas textos, por seu turno, retornaram às ruas como cidades possíveis. "Bilac e Barreto nos oferecem suas visões literárias e/ou jornalísticas do espaço urbano do Rio de Janeiro no momento em que as ruas eram foco de atenção não só da imprensa, mas de toda a sociedade carioca." (NUNES, 2008, p.103).

Entusiasmado, Olavo Bilac interpretou o renascimento do centro do Rio, erguido a partir dos escombros da cidade imperial, com euforia. Em sua primeira crônica para a revista *Kosmos*, ele escreveu:

O Brasil entrou – e já era tempo – em uma fase de restauração do trabalho. A higiene, a beleza, a arte, o conforto já encontraram quem lhes abrisse as portas dessa terra, de onde andavam banidas por um decreto da indiferença e da ignorância coligadas. O Rio de Janeiro, principalmente, vai passar, e já está passando, por uma transformação radical. A velha cidade, feia e suja, tem os seus dias contados. Esta revista acompanhará – se o público quiser auxiliá-la – essa lenta e maravilhosa metamorfose da lagarta em borboleta.¹² (BILAC, 1904 *apud* MAGALHÃES JÚNIOR, 1974, p.255-6).

Olavo Bilac – poeta, cronista, conferencista, romancista, publicitário e autor de livros didáticos – entendia as mudanças da Capital como símbolos de reabilitação moral e material; para este literato era, então, apropriada a figura da *Regeneração*, com a qual os propagandistas da nova era cunharam as reformas urbanas federais e municipais do Rio no final do século XIX e início do século XX. Esse momento da *Regeneração* foi motivado pela destruição da velha cidade, feição da *urbe* da velha cidade imperial; dos escombros dessa destruição deveria surgir uma nova estrutura urbana e social, patenteada pelas feições de mármore e cristal e lapidada pelos ideais civilizatórios. É com certo sadismo que Bilac professou com um efusivo contentamento a demolição da antiga cidade, aberta para o novo tempo:

No aluir das paredes, no ruir das pedras, no esfarelar do barro, havia um longo gemido. Era o gemido soturno e lamentoso do Passado, do Atraso, do Opróbrio. A cidade colonial, imunda, retrógrada, emperrada nas suas velhas tradições, estava soluçando no soluçar daqueles apodrecidos materiais que desabavam. Mas o hino claro das picaretas abafava esse protesto importante. Com que alegria cantavam elas – as picaretas regeneradoras! E como as almas dos que ali estavam compreendiam bem o que elas diziam, no seu clamor incessante e rítmico, celebrando a vitória da higiene, do bom gosto e da arte!¹³ (BILAC, 1904 *apud* SEVCENKO, 2003, p.44).

Ovacionando as abruptas transformações urbanas, símbolos da modernidade, do progresso e da civilização, o cronista celebrou a inauguração da Avenida Central, legitimada

¹² BILAC, Olavo. Crônica. *Kosmos*, Rio de Janeiro, jan. 1904.

¹³ BILAC, Olavo. Crônica. *Kosmos*, Rio de Janeiro, mar. 1904.

pelos pareceres de médicos e engenheiros, e um dos maiores emblemas materiais da *redenção* nacional, uma vez que demonstrava o efetivo acompanhamento dos estatutos da modernidade:

Inaugurou-se a Avenida! Parece um sonho... onde estás tu metido, Carrancismo ignóbil, que por tanto tempo nos oprimiste e desonraste? Em que furna lóbrega, em que socavão escuro te foste esconder envergonhado? Em vão te procurei, nestes últimos dias e nestas últimas noites de novembro, pela radiante extensão da Avenida formosa: não vi, em parte alguma, o teu olhar sinistro em que a má vontade reduz perpétua, a tua boca franzida num eterno riso de sarcasmo, a tua fronte envergada numa perene contenção de birra e malevolência... Andas, com certeza, homiziado nos becos sujos, em que se mantém ainda a tradição do mau gosto e da imundície: afugentou-se a luz da Avenida, horrorizou-te a alegria do povo, fulminou-te o despeito! [...]

Onde se vai perdida a nossa fama de povo preguiçoso, amolentado pelo clima e pela educação, incapaz de longo esforço e de tenaz trabalho? Em que outro país do mundo se realizou jamais um igual prodígio de decisão e execução, uma igual maravilha de coragem e rapidez?¹⁴ (BILAC, 1905 *apud* NUNES, 2008, p.141-2).

O que se construíram foram imagens de uma cidade idealizada. Como as crônicas bilaquianas não ultrapassavam o miolo central, alvo das reformas, a cidade apresentada, embora não fosse falsa, era, muitas vezes, ilusória, pois cristalizava a impressão de que toda a Capital estava sendo *regenerada* nos moldes da modernidade: "A avenida é qualificada pelo cronista como a obra de salvação nacional, de maneira que a larga rua correspondia à cidade, e a cidade valia pelo país. Como se pela avenida todo o país tivesse se inserido na modernidade, em harmonia com os paradigmas do progresso." (NUNES, 2008, p.143). Portanto, as fachadas altivas representaram os focos de observação das crônicas de Bilac, preocupado com a grandiosidade pátria, expressa nas paisagens e nos costumes.

Quando já relativamente contente com as obras na feição física do Rio, Olavo Bilac voltou a sua atenção mais detidamente para os aspectos morais, preocupado com a evolução da população, indo do estado da *barbárie* para a *civilização*. Destarte, a intenção era tornar mais crível a imagem da cidade moderna, incompatibilizada com os hábitos suburbanos, com os costumes dos miseráveis e, por mais contraditório que possa parecer, com os excessos da alta sociedade, imbuída de uma *mania de supercivilização*, a qual, por conta das mudanças constantes dos valores e costumes a serem aprendidos, não permitia que a população em geral acompanhasse a sanha civilizatória encarnada pela elite carioca. (NUNES, 2008). Por isso, o cronista atacava os costumes desarmonicos à civilidade ansiada, apoiando as mudanças de condutas impostas pela prefeitura.

Visualizando nas fachadas de mármore e cristal e nas leis disciplinadoras da época a redenção carioca e, por extensão, o início do progresso brasileiro, Bilac escreveu, em sua crônica de novembro de 1904, na revista *Kosmos*, uma vociferada crítica às agitações contra a vacina e à ignorância popular, para ele causa da revolta:

As arruaças deste mês, – nascidas de uma tolice e prolongadas por várias causas – vieram mostrar que nós ainda não somos um povo. Amanhã, um especulador político irá, pelos becos e travessas, murmurar que o governo tenciona degolar todos os católicos, ou fuzilar todos os protestantes, ou desterrar todos os homens altos, ou encarcerar todos os homens baixos. E a gente humilde aceitará, como verdade, essa invenção imbecil, como aceitou a in-

¹⁴ BILAC, Olavo. Crônica. *Kosmos*, Rio de Janeiro, nov. 1905.

venção da vacina com sangue de rato pestiferado...¹⁵ (BILAC, 1904 *apud* MAGALHÃES JÚNIOR, 1974, p.263).

Essa ignorância e ingenuidade popular foram aproveitadas para que, na mesma crônica, o cronista se deblaterasse contra o crônico analfabetismo, considerando que “não há povo, onde os analfabetos estão em maioria.”, levando-o a concluir que “não sei bem para que servirá dar avenidas, árvores, jardins, palácios a esta cidade – se não derem aos homens rudes os meios de saber o que é civilização, o que é higiene, o que é dignidade humana.” A erradicação do analfabetismo, segundo Nunes (2008), era uma das bandeiras de Bilac, o qual chegou a escrever e organizar livros didáticos para este fim.

E não era somente o analfabetismo que o preocupava: a crise habitacional gerada pelas ações de remodelação urbana também se configurava como um problema humano a ser resolvido: “E fala-se em arrasar todo o morro do Castelo... Arrase-se o morro, que já há muitos anos devia ter sido arrasado! Mas, antes de arrasá-lo, digam-me, pelo amor de Deus, para onde se há de mudar toda a gente que o habita, [...]”¹⁶ (BILAC, 1905 *apud* MAGALHÃES JÚNIOR, 1974, p.272-3). Para este intelectual, o problema da concentração de miseráveis no centro reformado deveria ser resolvido com a construção de casas operárias às margens da estrada de ferro, o que se traduziria em trabalho, orgulho para a nação e, enfim, em *civilização*. Porém, em alguns momentos, Bilac se aproximava das opiniões de Lima Barreto, tornando-se mais agressivo em relação aos problemas decorrentes da pobreza: na crônica de outubro de 1907 da revista *Kosmos*, Olavo Bilac assumiu uma postura de certa desilusão com as reformas urbanas da Capital, preocupando-se com o distanciamento entre a modernidade pretendida e a efetiva civilidade conquistada no âmago da esfera social:

Não há quem ignore que, com as demolições e reconstruções que o aformoseamento da cidade exigiu, houve no Rio uma verdadeira “crise de habitação”. O número de casas habitáveis diminuiu em geral, porque a reconstrução é morosa. Além disso, diminuiu especialmente, e de modo notável, o número de casas modestas, destinadas à moradia de gente pobre, porque, substituindo as ruas estreitas e humildes em que havia prédios pequenos e baratos, rasgaram-se ruas largas e suntuosas, em que se edificaram palacetes elegantes e caros.¹⁷ (BILAC, 1907 *apud* NUNES, 2008, p.136).

Apesar da sua posição preponderante de alinhamento às elites políticas e literárias, Nunes (2008) sugere que, ante o reconhecimento e prestígio que gozava no seio da *intelligentsia*, o cronista tinha certa liberdade para, uma vez ou outra, contrariar essa tendência sem sofrer retaliações. Por conta dessas “crises de consciência”, Bilac não era um dos literatos que Lima Barreto elegeu como um dos alvos diletos para destilar o seu sarcasmo. Entretanto, as crônicas bilaquianas comungavam da filosofia adotada pelo prefeito Pereira Passos de integração conservadora, e gradativa, dos suburbanos aos valores civilizatórios e da modernidade, desconsiderando, em grande medida, seus modos de vida e suas tradições; assim, as suas crônicas deixavam entrever que os problemas sociais não eram óbices que poderiam impugnar a marcha do progresso almejado.

De fato, o que se queria aqui era a imagem de um Torquato de Alvear tupiniquim, em alusão ao reformador da cidade de Buenos Aires: conforme Freire (2003), os meios intelectuais ressentiam-se da falta de um redentor da *urbe*, sobretudo quando o presidente Campos Sales, atuando explicitamente para mobilizar a imprensa e a opinião pública em seu favor, convidou uma comitiva de jornalistas para acompanhá-lo em sua viagem à Argentina; o resultado foi a geração de uma euforia, sobretudo em Olavo Bilac, a partir da observância

¹⁵ BILAC, Olavo. Crônica. *Kosmos*, Rio de Janeiro, nov. 1904.

¹⁶ BILAC, Olavo. Crônica. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 13 ago. 1905.

¹⁷ BILAC, Olavo. Crônica. *Kosmos*, Rio de Janeiro, out. 1907.

das mudanças operadas no seio da face física de Buenos Aires. Defronte a essas mudanças, Bilac passou a condenar, em seus textos na *Gazeta de Notícias*, o atraso e o acanhamento da capital nacional, que parecia ter se fechado para o “ímpeto civilizatório” com que se revestira a “nova capital platina” no final dos oitocentos.

Por isso, com o surgimento do prefeito Pereira Passos no cenário político carioca, enquanto artífice das mudanças planejadas pela administração federal de Rodrigues Alves, e com a *Regeneração* em curso, as comparações do Rio de Janeiro com Buenos Aires tornaram-se inevitáveis:

Daqui a pouco tempo, dentro de dois anos, quando a Avenida Central e a Avenida Beira-Mar estiverem concluídas; quando o Rio de Janeiro se encher de carruagens e de automóveis; quando começarmos a possuir a vida civilizada e elegante que Buenos Aires já há tantos anos possui – também nessa época já não nos lembraremos do que era nossa vida tediosa e vazia, sem teatros, sem passeios, de distrações limitadas à maledicência dos homens na rua do Ouvidor e à pasmaçeira das senhoras nas janelas...¹⁸ (BILAC, 1905 *apud* MAGALHÃES JÚNIOR, 1974, p.270).

Preenchendo a lacuna do *líder civilizador* no imaginário político do Rio de Janeiro, o prefeito Pereira Passos – encarado como o *Hausmann tropical*¹⁹ –, todavia, não foi unanimidade em todos os setores intelectuais: de acordo com Freitas (2005), a crítica audaz às transformações encontrou no literato Lima Barreto um de seus maiores símbolos, pois, sensível às contradições e desigualdades da Primeira República, o escritor pleiteava um espaço urbano mais amplo, no qual a *sub-urbe* também estivesse incluída. As suas censuras eram graves ao modelo reformador aplicado:

Houve grande contentamento nos arraiais dos estetas urbanos por tal fato. Vai-se o mostrengo, diziam eles; [...]

É que eles estavam convencidos da sua fealdade, da necessidade de seu desaparecimento, para que o Rio se aproximasse mais de Buenos Aires.

A capital da Argentina não nos deixa dormir. Há conventos de fachada lisa e monótona nas suas avenidas? Não. Então esse casarão deve ir abaixo.

O Passos quis; o Frontin também; mas, a desapropriação custaria muito e recuaram. [...]

Esse furor demolidor vem dos forasteiros, dos adventícios, que querem um Rio-Paris barato ou mesmo Buenos Aires de tostão.²⁰ (BARRETO, 1911 *apud* FREITAS, 2005, p.1).

¹⁸ BILAC, Olavo. Crônica. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 15 jan. 1905.

¹⁹ Essa alcunha dada ao prefeito Pereira Passos não era aleatória ou gratuita: de acordo com Oliveira (2006), os projetos urbanísticos do prefeito carioca foram fortemente influenciados por Georges-Eugène Haussmann, prefeito de Paris de 1853 a 1870, cuja obra revelou-se marcante para Pereira Passos na medida em que, em sua estadia de quatro anos na França (iniciada em 1856), ele pôde apreender o culto às tradições a partir da reverência e manutenção de diversos monumentos, alusivos ao passado e ao presente da cidade; da mesma forma, tais monumentos seriam preservados pela concepção culturalista do prefeito Pereira Passos na reforma urbana do Rio de Janeiro. A importância simbólica do prefeito parisiense estava atrelada, segundo Matias (2007), ao fato dele ter recebido uma carta branca do imperador Napoleão III para realizar a modernização da capital francesa; para cumprir a sua missão, Haussmann adotou uma política agressiva, responsável pela derrubada de muitas casas, destruição de várias ruas, aberturas de avenidas e afastamento da população pobre para as periferias. Todos os esforços estavam direcionados para fazer erigir das ruínas da cidade a Paris Cidade-Luz, alegoria perfeita da civilização ocidental e da modernidade.

²⁰ BARRETO, Afonso Henriques de Lima. O convento. *Gazeta da Tarde*, Rio de Janeiro, 21 jul. 1911. Essa crônica foi reproduzida posteriormente em BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *Bagatelas*. São Paulo: Brasiliense, 1956. (Col. Obras de Lima Barreto, v.IX).

Nesta crônica, Lima Barreto comentou a demolição do “monstrengo” – isto é, o Convento de Nossa Senhora da Conceição, mais conhecido como “Convento da Ajuda”, inaugurado em 1750 e demolido em 1911, quando era o último baluarte da arquitetura do período colonial ante o furor demolidor que comandou o erguimento da Avenida Central. Dessa forma, o literato não deixava passar despercebida a opção pela *mimesis* – ou, talvez mais apropriadamente, a busca pela *sintonia*²¹ – da Capital em relação a outros centros cosmopolitas, sobretudo Buenos Aires. Ante tal situação de comparação em prol da *aparência* moderna, este cronista não deixava de destilar sua ironia e seu sarcasmo:

A obsessão de Buenos Aires sempre nos perturbou o julgamento das coisas.

A grande cidade do Prata tem um milhão de habitantes; a capital argentina tem longas ruas retas; a capital argentina não tem pretos; portanto, meus senhores, o Rio de Janeiro, cortado de montanhas, deve ter largas ruas retas; o Rio de Janeiro, num país de três ou quatro grandes cidades, precisa ter um milhão; o Rio de Janeiro, capital de um país que recebeu durante quase três séculos milhões de pretos, não deve ter pretos. [...]

O Rio civiliza-se! (BARRETO, 1915).

A intenção elitista de “acertar o passo” com a civilidade e a modernidade, cujas expressões deveriam estar nítidas no espaço urbano, foi satirizada por Lima Barreto como uma pretensão fundada em rivalidades patrióticas. Na crônica supracitada, o literato faz uma crítica indireta a Olavo Bilac ao ironizar o projeto de transformação do país em uma grande potência a partir da criação de avenidas, da ditadura da elegância e de um grande exército: a crônica, escrita em 1915, rebate a campanha, iniciada por Bilac neste mesmo ano, pela defesa nacional com a criação de um exército e do serviço militar obrigatório. Indo além, o cronista debochou da *aparente* civilidade que se instaurara na Capital, palco sim de transformações urbanísticas grandiloquentes – sintetizadas no *slogan* “O Rio civiliza-se”, ironizado pelo literato na última frase da crônica –, mas que não significavam necessariamente a sonhada *modernidade*, uma vez que a população era deixada à margem do processo, não sendo reservados a ela os ganhos efetivos da cidadania e das melhorias socioeconômicas: por isso, Lima Barreto considerava tais ações como meras *cenografias*.

É interessante notar que as crônicas barretianas foram escritas, em grande medida, a partir da segunda metade da década de 1910, já distante das obras realizadas durante a administração do prefeito Francisco Pereira Passos e no âmbito das reformas encabeçadas pelo prefeito Carlos Sampaio. Todavia, como afirma Nunes (2008), as tendências reformistas calcadas nos paradigmas progressistas não foram exclusividade de um ou outro projeto reformista, mas, acima de tudo, foram próprios do projeto republicano em si; por isso, o próprio Lima Barreto não diferenciava os projetos, encarando-os como *projetos de loucura*, ambicionados na edificação do Rio de Janeiro enquanto cartão postal do país.

Com esse tom ácido, desdenhoso para com os símbolos das mudanças, este escritor carioca contrapôs-se à civilidade/modernidade importada vencedora da *Belle Époque* tropical, percebendo as contradições e o mal-estar que as transformações do espaço urbano do Rio de Janeiro e a chegada dos novos padrões republicanos acarretavam. Ainda consoante Nunes (2008, p.173-4), Lima Barreto não se alinhava às perspectivas ideológicas de Olavo Bilac “porque não se via como atrasado, nem como bárbaro e nem condenava os mesmos

²¹ Segundo Nunes (2008), a concepção de *sintonia* parece ser mais acertada do que o mero mimetismo, pois o que se pretendia, de fato, era a harmonização entre os projetos urbanísticos e higienizadores dos reformadores e os projetos ocidentais de civilização, inserindo o Rio de Janeiro no rol das grandes metrópoles. Por isso, Olavo Bilac, alinhado aos anseios de *ajuste* da Capital ao novo século a partir de reformas modernizantes, fez, em suas crônicas, comparações com outras cidades já engajadas em tais reformas, como Belo Horizonte, São Paulo, Buenos Aires, Lisboa e, é claro, Paris.

símbolos combatidos pelo discurso reformador. [...] Era mais um crítico do modelo vencedor que propriamente defensor de um outro projeto qualquer." Sendo assim, esse literato valeu-se como um defensor da preservação da história e da memória do Rio, ao mesmo tempo em que combateu com devoção a pesada herança colonial de uma sociedade escravocrata, refletida na perpetuação das desigualdades sociais e da privação dos direitos dos negros africanos e seus descendentes. (FREITAS, 2005).

O que realmente incomodava o literato era a aceleração das mudanças, reveladora de um turbilhão em meio ao qual os ideais perdiam os seus referenciais e seus sentidos morais apurados. No extravasamento dessa angústia, ele escreveu: "De uma hora pra outra, a antiga cidade [Rio de Janeiro] desapareceu e outra surgiu como se fosse obtida por uma mutação de teatro. Havia mesmo na cousa muito de cenografia."²² (BARRETO, 1956, v.VII, p.106 *apud* SEVCENKO, 2003, p.36).

É sob esse caráter *cenográfico* que Lima Barreto encara as metamorfoses urbanas, uma vez que considerava que a realidade socioeconômica excludente era mantida e, assim, o *status quo* permanecia, a despeito das ações de embelezamento da suposta *Regeneração*. Nesse processo, o falso progresso era mascarado em progresso e a pseudomodernidade se revestia com a máscara da modernidade. O cronista pretendia, segundo Nunes (2008), desmantelar a visão oficial do *Rio elegante*, mostrando o lado da fachada sem maquiagem e o caráter pernicioso assumido pelo desejo e pela ilusão, quando não referenciado pelas reais necessidades da população. Deblaterando-se contra a *ditadura do embelezamento*, este cronista queria expor as reformas em suas feições reais, muito aquém das imagens e construções imaginárias que lhes eram conferidas, uma vez que as pretensas civilidade e modernidade estavam limitadas a pontos isolados da cidade.

Ao contrário de Olavo Bilac, Lima Barreto não aceitava a idéia do Rio de Janeiro ser compreendido unicamente pelo miolo da cidade, submetido aos melhoramentos do governo. Ele se opôs veementemente contra aqueles que consideravam, ou queriam considerar, que o Brasil fosse o Rio de Janeiro e que o Rio de Janeiro fosse as ruas embelezadas. Para Lima Barreto, a fachada e a ilusão criada em torno dela não representava o que era efetivamente a referida cidade. As modificações concretas do espaço urbano propiciaram a sensação de se viver numa metrópole moderna, legitimada pela crença e não pela autenticidade da configuração urbana da cidade. Para ele, esta sensação compunha uma modernidade forçada, alimentada por sonhos, fantasias e ilusões, e não pela realidade em si. (NUNES, 2008, p.152).

O maior deboche de Lima Barreto foi, portanto, subverter a decantada *Regeneração* urbana do Rio de Janeiro, no início do século XX, em uma faustosa *encenação*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Versando a partir de um tempo histórico e de um lugar socioideológico determinados, as letras de Olavo Bilac e Lima Barreto adquiriram repercussões diferentes: a história mostra um discurso bilaciano "vencedor" e um discurso barretiano "perdedor". Bilac acreditava e desejava o cenário material que se construía à época, ainda que a população sempre se mostrasse aquém da civilidade necessária para o desfrute do novo ambiente; Barreto, por

²² BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *Os Bruzundangas*. São Paulo: Brasiliense, 1956. (Col. Obras de Lima Barreto, v.VII).

sua vez, acreditava na superficialidade das obras, cheias de luxo e suntuosidade – mas sem atender de fato aos interesses populares – e promotoras de um cenário por si só inibidor e excludente. Segundo Nunes;

Para um, o problema estava nas obras, para outro, o problema estava nas pessoas. Para um, a ilusão era o próprio conceito padrão de civilidade desejado pelo Estado, para outro a ilusão era crer que todo o Rio de Janeiro evoluiu com a reforma da “barbárie” para a “civilidade”. Para um, a reforma dos costumes era preconceituosa e excludente; para outro, era importante e necessária; um cria que a noção de civilização estava ligada aos hábitos e tradições populares do subúrbio, outro acreditava que a verdadeira civilização era a que se desejou construir no centro urbano. (NUNES, 2008, p.165).

Ao resgatar os discursos vencedores e derrotados, é possível identificar em quais ideologias geográficas e visões de mundo a sociedade pautou-se para se edificar e, complementarmente, para manifestar-se a partir das materialidades espaciais. Assim, é possível estabelecer o que *somos* a partir das opções políticas historicamente assumidas, de modo que, de posse dessa compreensão, torna-se possível pleitear um novo modelo de sociedade, calcada em novos valores e padrões de formatação e ordenamento territorial: torna-se possível, pois, desejar um novo *presente* (ANSELMO, 2000).

Compreender a cidade do Rio de Janeiro na contemporaneidade requer que nos afastemos no tempo passado e resgatemos as escolhas feitas no sentido de que, compreendendo aquelas, possamos fazer outras mais adequadas, que nos conduzam a uma situação quiçá menos caótica, mais justa, menos miserável para tantos; um espaço que se organize atendendo, de modo verdadeiro e democrático, aos reclamos de seus integrantes. Como é possível desejar um espaço urbano mais solidário se não formos capazes de reconhecer com franqueza nossos projetos passados? Como seremos capazes de elaborar planos mais condizentes com nossas necessidades presentes e futuras se não soubermos ouvir nossas expressões mais puras, manifestas nas artes – especialmente, neste caso, na literatura de um Olavo Bilac ou de um Lima Barreto?

As crônicas nos mostram um Rio de Janeiro sequioso por mudanças e por civilidade; resta saber se, olhando para as proposições dos autores e para as escolhas socialmente assumidas, queremos continuar a dar vazão e voz à imagem do progresso, com seu ônus e com as adequações sociais a serem feitas posteriormente, ou se devemos levar em conta, como princípio e condição de partida, os custos sociais. Entre a “*Regeneração*” de Olavo Bilac e a “*Encenação*” de Lima Barreto, vale responder se nossas escolhas, expressas na materialidade espacial, serão, doravante, meras mudanças de forma (mudanças *estéticas*) ou significarão, de fato, mudanças de conteúdo em prol de uma modernidade socialmente mais justa.

REFERÊNCIAS

ANSELMO, R. C. M.S . Geopolítica e formação territorial no Brasil. In: VITTE, A. C.. (Org.). **Contribuições à história e à epistemologia da Geografia**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 189-215.

AZEVEDO, André Nunes de. A reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana. **Revista Rio de Janeiro**, n.10, p.39-79, maio-ago.2003.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. A volta. *Correio da Noite*, Rio de Janeiro, 26 jan. 1915. In: FOLHA DE S. PAULO. **Lima Barreto**: Crônicas Escolhidas. São Paulo: Ática, 1995. p.95-7.

BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos**: Um Hausmann Tropical – A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes/ Departamento Geral de Documentação e Informação, 1990.

CANDIDO, Antônio. Literatura de dois gumes. In: _____. **A educação pela noite e outros ensaios**. São Paulo: Ática, 1987.

COSTA, Cristiane. **Pena de aluguel**: escritores jornalistas no Brasil (1904-2004). São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do Discurso**: Reflexões Introdutórias. 2.ed. São Carlos: Claraluz, 2008.

FREIRE, Américo. A fabricação do prefeito da capital: estudo sobre a construção da imagem pública de Pereira Passos. **Revista Rio de Janeiro**, n.10, p.142-158, maio-ago.2003.

FREITAS, Celi Silva Gomes de. Lima Barreto, um intelectual-negro na "Avenida Central". **Revista Intellectus**, ano 4, v.1, 2005. Disponível em: <www2.uerj.br/~intellectus>. Acesso em: ago. 2010.

GOLDMANN, Lucien. **Dialética e Cultura**. Trad. Luiz Fernando Cardoso, Carlos Nelson Coutinho e Giseh Vianna Konder. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MAGALHÃES JÚNIOR, Raymundo. **Olavo Bilac e sua época** – Biografia. Rio de Janeiro: Americana, 1974.

MATIAS, José Luiz. **Vida Urbana, Marginália, Feira e Mafuás**: a modernidade urbana nas crônicas de Lima Barreto. 112f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, UERJ/ Rio de Janeiro, 2007.

MICELI, Sérgio. Poder, Sexo e Letras na República Velha (estudo clínico dos anatolianos). In: _____. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 13-68.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2002.

NUNES, Radamés Vieira. **Sobre Crônicas, Cronistas e Cidade**: Rio de Janeiro nas Crônicas de Lima Barreto e Olavo Bilac – 1900-1920. 194f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de História, UFU/Uberlândia, 2008.

OLIVEIRA, Cristiane de Jesus. **Nas entrelinhas da cidade**: A Reforma Urbana do Rio de Janeiro no início do século XX e sua imagem na literatura de Paulo Barreto. 126f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, UFJF/ Juiz de Fora, 2006.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão**: Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República. 2.ed. rev. e ampl. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SÜSSEKIND, Flora. **Cinematógrafo de Letras**: Literatura, Técnica e Modernização no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

Recebido em março de 2011

Aceito em abril de 2011

